



# DIÁRIO OFICIAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS**

*Lei Municipal nº. 216, de 11 de janeiro de 2001.*

*São José de Espinharas/PB -- Segunda-feira, 11 de setembro de 2023 – Edição Extra.*



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE  
ESPINHARAS

**ANTONIO GOMES DA COSTA NETTO**  
Prefeito

**YAN NOBREGA DE SOUSA**  
Vice-Prefeito

**ARNOBIO SOARES DE SOUSA NETO**  
Secretário de Administração e Recursos Humanos

**RUY RAKSON CORDEIRO ALVES JUNIOR**  
Secretário de Finanças e Serviços de Tesouraria

**DIOGENS AUGUSTO DE MIRANDA**  
Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Turismo

**EVANILDO DANTAS DE SOUSA**  
Chefe de Gabinete Civil

**ALUÍSO ALVES DE SOUSA**  
Secretário de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e  
Recursos Hídricos

**SABRINA BEZERRA FERNANDES**  
Secretária de Saúde

**MARIA ALVES DOS SANTOS**  
Secretária de Assistência Social, Trabalho, Cidadania  
e Habitação

**MARCOS AURELIO GOMES DE SOUSA**  
Secretário de Obras, Infraestrutura e Serviços  
Públicos

**EDJANE GOMES DE SOUSA**  
Secretária de Controle Interno

## ATOS DO PREFEITO

**DECRETO Nº. 025 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.**

**ESTABELECE MEDIDAS DE  
CONTIGENCIAMENTO E  
RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS,  
PARA O RESTABELECIMENTO DO  
EQUILÍBRIO ECONÔMICO E  
FINANCEIRO DO PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO  
JOSÉ DE ESPINHARAS**, no uso de suas atribuições que lhe  
confere o art. 58, VI, da Lei Orgânica do Município,

**CONSIDERANDO** os princípios e normas que norteiam a  
conduta administrativa pautada pela responsabilidade na  
gestão fiscal, controle de despesas e, em especial, aqueles  
contidos na Constituição da República Federativa do Brasil,  
Lei Complementar Nacional nº 101, de 04 de maio de 2000 –  
Lei de Responsabilidade Fiscal – e na Lei Nacional nº 4.320,  
de 17 de março de 1964,

**CONSIDERANDO** a necessidade de ações de contenção de  
despesas, otimização dos recursos existentes e qualificação  
do gasto público, primando pela eficiência na gestão pública,

**CONSIDERANDO** a necessidade contínua de  
acompanhamento e redução das despesas com pessoal e

encargos sociais, que tem um peso significativo no orçamento do Município,

**CONSIDERANDO** que os valores repassados ao Município pelos Governos Estadual e Federal para a manutenção de programas, planos e projetos por eles criados não são suficientes para a cobertura das despesas efetivamente realizadas de tais programas, o que obriga o Município dispor de grandes valores, com recursos próprios, para complementar o custo total de diversos programas,

**CONSIDERANDO** que a adoção de medidas de contenção deverá ser de caráter obrigatório, atingindo todas as Secretarias, entidades e dependências municipais, de forma a compatibilizar o equilíbrio econômico entre receitas e despesas,

**CONSIDERANDO** a significativa queda nos valores recebidos a título de FUNDEB (Fundo para Desenvolvimento da Educação Básica) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios),

**CONSIDERANDO** a crise financeira enfrentada pelo município, diante da comprovação de diminuição de arrecadação,

#### DECRETA:

**Art. 1º.** Fica reduzido, em 20% (vinte por cento), pelo prazo de 90 (noventa) dias, o subsídio mensal do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais.

**Art. 2º.** Fica suspensas, todas as gratificações, dos servidores ocupantes de cargo comissionado, até ulterior deliberação.

**Art. 3º.** Ficam suspensos o pagamento de férias dos servidores municipais, pelo período de 60 (sessenta dias).

**Parágrafo único.** Os servidores que protocolaram pedido de férias, até o dia 10/08/2023, e que não receberam, terão seus pagamentos mantidos.

**Art. 4º.** Fica suspenso o fornecimento de alimentação aos servidores municipais, com ressalva aos trabalhadores do

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 e da Delegacia do município.

**Art. 5º.** Ficam suspensos os pagamentos de diárias aos servidores municipais, excetuando os motoristas que realizam viagens com pacientes para Tratamento Fora do Município.


**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se.

Autue-se.

Dê-se ampla publicidade no âmbito do Município.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de São José de Espinharas, Estado da Paraíba, 11 de setembro de 2023.

  
**Antonio Gomes da Costa Netto**  
Prefeito Constitucional